

O METALÚRGICO

ANO II

SANTO ANDRÉ, JUNHO DE 1978

NÚMERO 11

O MEDO ACABOU!



SAIU AUMENTO QUE HÁ DEZ ANOS NOS NEGAVAM.
UMA VITÓRIA DA NOSSA UNIÃO E ORGANIZAÇÃO.
JÁ É POSSÍVEL A LIVRE NEGOCIAÇÃO SALARIAL.

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Dr. Maurício — 3.a feira - 9,00 às 12,00 horas
 4.a feira - 9,00 às 12,00 horas
 5.a feira - 9,00 às 12,00 horas.
 Dr. Martinho - atende no período das 9,00 às 12,00 e das 18,00 às 20,00 horas às quintas feiras.
 Dr. Teles — 2.a feira - 9,00 às 12,00 horas
 3.a feira - 18,00 às 20,00 horas
 6.a feira - 9,00 às 12,00 horas.
 Dr. João Batista — 6.a feira - 18,00 às 20,00 horas na sede de Santo André.
 2.a e 4.a feira - 17,00 às 19,00 horas na Sub sede de Mauá.

MÉDICOS INTERNOS

CLÍNICOS GERAL

Dr. Vicente Simão Cury — das 8,00 às 12,00 horas.
 Dr. Miguel Fredy Oringela B. La Viega — das 8,00 às 11,00 horas.
 Dr. Carlos Rosas — das 9,00 às 11,00 horas.
 Dr. Osvaldo C. da Silva Gomes — das 13,00 às 15,00 horas.
 Dr. Jayme Cipele — das 15,00 às 17,00 horas
 Dr. Massilon M. Minas — das 15,00 às 18,00 horas.

PEDIATRAS:

Dra. Heide Marcondes — das 8,00 às 11,00 horas.
 Dr. Stanley J. L. Camacho — das 12,00 às 15,00 horas.
 Dr. Jayme Cipele — das 15,00 às 17,00 horas.
 Dr. Abrahão I. Masich — das 17,00 às 19,00 horas.

ESPECIALISTAS

GINECOLOGISTAS:

Dra. Maria Bernadete S. Gomes — das 8,00 às 11,00 horas.
 Dra. Nizete Queiroz Ponte — Licença

PSIQUIATRA:

Dr. Constantino Francisquini — das 11,00 às 14,00 horas.

ORTOPEDISTA:

Dr. Irineu Guerschman — das 17,00 às 20,00 horas.

UROLOGISTA:

Dr. Valdir Mattar — das 17,00 às 19,00 horas.

NEUROLOGISTA:

Dr. Antonio Stauys — das 19,00 às 20,00 horas.

MÉDICOS EXTERNOS

OFTALMOLOGISTAS:

Clínica de Olhos do A.B.C. — de 2.a a 6.a feira das 13,00 às 18,00 horas.
 Visomed — de 2.a a 6.a feira das 8,00 às 11,00 horas e das 13,00 às 17,00 horas.

OTORRINOLARINGOLOGISTAS:

Dr. Jerson Azambuja — de 2.a a 6.a feira das 9,00 às 11,00 horas e das 14,00 às 17,30 horas.

DERMATOLOGISTA:

Dr. Izaak S. Wegmann — de 2.a a 6.a feira das 15,00 às 19,00 horas.

CARDIOLOGISTAS:

Dr. Paschoal Viviani — de 2.a a 6.a feira das 15,00 às 18,00 horas.

ELETOENCEFALOGRAMA

Raio X e ABREUGRAFIAS

Dr. Rubens Galvão

SUB SEDE DE MAUÁ

Dr. Isaac Lajner — de 2.a a 6.a feira das 15,00 às 19,00 horas.

DENTISTAS:

Dr. João Evangelista Capp — das 7,00 às 11,00 horas.
 Dr. Roberto Vilela — das 8,00 às 12,00 horas.
 Dra. Rejane Maria Didier Rodrigues de Farias — das 8,00 às 12,00 horas.
 Dr. Aldo Spanghero — das 12,00 às 16,00 horas
 Dr. Maalbe Duarte — das 16,00 às 20,00 horas.
 Dr. Nivaldo Carvalho — das 16,00 às 20,00 horas.
 Dra. Laura Aki — das 16,00 às 20,00 horas.

FEDERAÇÃO PREFERE MENDIGAR

Quando o movimento grevista estava embalado, com os trabalhadores eufóricos diante das primeiras vitórias, a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo se reuniu e tomou esta decisão: pedir ao governo a decretação de um abono de 20% para todos os trabalhadores. Sem dúvida, uma providência humanitária, porém própria de entidades filantrópicas e não de um órgão representativo de classe.

A história ensina que os trabalhadores devem lutar pelo que lhe pertence e não mendigar, numa atitude de filho para pai. E seus órgãos de classe não devem se prestar a tal papel. Sua obrigação é promover a luta de verdade, como temos feito por aqui, com vistas a incentivar a categoria para que exija respeito dos patrões e autoridades e seja atendida em sua reivindicação. Nesta altura dos acontecimentos, quando os trabalhadores dão essa bela demonstração de unidade e disposição de lutar pelo que é seu, pedir só pode macular a sua dignidade.

Entretanto, nem todos os sindicatos, e muito menos as entidades de cúpula, estão a fim de estimular a luta sindical verdadeira. Para eles, o ideal é que as coisas fiquem como estavam até há pouco: os trabalhadores calados pela força, e eles sem muito trabalho a fazer no

âmbito de sua incumbência. Mais cômodo e tranquilo é exercer a filantropia, ao invés da luta séria, cheia de riscos pessoais.

Por que, por exemplo, a Federação, com toda sua autoridade de organismo de cúpula, com acesso fácil às esferas federais, não reivindicou que as leis de exceção, ainda de pé, fossem revogadas? Isso seria a missão mais coerente. Mas, ela preferiu fazer o papel de filho chorão: pedir abono para arrefecer o ânimo dos trabalhadores e ver o movimento cessar definitivamente. E nem poderia se esperar outra postura de dirigentes acomodados, que vivem fugindo de tudo quanto é briga.

Por outro lado, registre-se a omissão total da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). O presidente desta entidade de cúpula, Sr. Ari Campista, que fatura alto acumulando com o exercício sindical o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, sequer enviou um telegrama ao nosso Sindicato. A esses dirigentes apelegados, que transformam o sindicalismo em rendoso emprego, cevando-se sobre a desgraça dos trabalhadores, o nosso total repúdio. Os trabalhadores devem marcá-los bem, a fim de um dia cobrar-lhes toda essa traição.

APOSENTADOS FORMAM ORGÃO SUPERIOR

A Associação dos Metalúrgicos Aposentados de Santo André, agregada ao nosso Sindicato, promoveu uma reunião de todas as entidades de aposentados, com o objetivo de unificá-las numa única entidade. Na ocasião foi formada uma comissão de aposentados para coordenar e impulsionar a campanha com tal objetivo. Desde a decisão de criar a entidade nacional, foram realizados vários encontros de aposentados, sob o patrocínio de suas respectivas entidades locais. Assim, já debateram a questão a Associação dos Trabalhadores Meta-

lúrgicos Aposentados de São Paulo, dos Bancários Aposentados de São Paulo, dos Empregados Sindicalizados Aposentados em Empresas Telefônicas do Estado de São Paulo, e dos Aposentados da Estiva do Porto de Santos.

Nesta última reunião ficou decidido que a entidade de grau superior dos trabalhadores aposentados será chamada Conselho das Entidades de Aposentados do Estado de São Paulo. Esse órgão, desde que reconhecido pelo Ministério do Trabalho, terá mais força para obter melhorias à corporação.

EM AGOSTO ELEIÇÕES NO SINDICATO

Nos dias 2, 3 e 4 de agosto próximo, haverá eleições para renovação da diretoria do nosso Sindicato. Trata-se de um pleito importante, que deve ser prestigiado, com comparecimento em massa às urnas. Tudo pela continui-

dade da luta e consolidação da nossa vitória, conquistada pelas greves.

CHAPA UM

Ao pleito concorre chapa única, composta pelos seguintes companheiros:

DIRETORIA — EFETIVOS

Benedito Marcilio Alves da Silva
 Francisco das Chagas Barros
 João José de Albuquerque
 Lázaro Maciel
 José Cicote
 Ernesto Sencini
 Antonio Aparecido da Silveira

SUPLENTES

João Rodrigues de Mesquita.
 Antonio Euzebio e Silva
 João Rodrigues da Silva
 Orides Beraldinelli
 Antonio Bonifácio de Oliveira
 Moacir Alves de Oliveira
 Manoel Correa Leite

CONS. FISCAL EFETIVOS

Orlando Francelino Motta
 Luiz Pirilo
 Izaías Urbano da Cunha

SUPLENTES

Wilson Pereira de Menezes
 Edilson Pereira Gomes
 José Antonio Muniz

DELEG. CONS. FEDERAÇÃO

Wilson Léo da Silva
 Etevaldo Santiago de Araujo

SUPLENTES

Itadeu Alves de Brito
 Francisco das Chagas Souza

A LIÇÃO DAS NOSSAS GREVES

Enquanto éramos vozes isoladas — só os dirigentes falando, sem participação efetiva dos trabalhadores —, nosso brado não obtinha ressonância. As palavras se perdiam no ar, os documentos com frequência enviados aos ministérios competentes eram simplesmente engavetados. Não obstante se cumpria o papel dos sindicatos: expor os reais anseios dos trabalhadores, alertando as autoridades quanto à atitude que estes tomariam, após esgotar-se sua capacidade de resistência às injustiças patronais. E tomaram. Cansados de esperar por soluções sempre proteladas, os trabalhadores partiram para uma demonstração prática de suas necessidades, descobrindo o valor da unidade e da organização. E usaram-no com responsabilidade e consciência de classe, comportando-se em perfeita ordem, disciplinados e pacíficos no decorrer da vitoriosa ação.

Foram muitas as lições preciosas dessas greves. Em primeiro lugar, revelaram estar a política salarial, assim como a legislação freadora da atividade sindical, totalmente ultrapassada, reclamando imediatas transformações de caráter estrutural. Disso tivemos sobejante prova: tanto os patrões como o governo não puderam se utilizar de tais instrumentos de arrocho e de pressão com vistas à abortar (ou liquidar durante seu curso) o movimento dos trabalhadores. Ao contrário, viram-se obrigados a ceder, fazendo vistas grossas até mesmo à sentença do Tribunal do Trabalho, declaratória da ilegalidade da greve. E isso nada mais foi do que patente atestado de falência da ordem institucional vigente. Esta não mais atende à realidade social, e por isso urge que seja totalmente reformulada. Só cegos e insensatos insistiriam em conservá-la intata.

Mas não somos nós que iremos fornecer a receita jurídica para a reformulação das leis. As autoridades naturalmente saberão como fazer isso, espelhando-se nos fatos já consumados. Apenas desejamos dizer que nós, os trabalhadores, como força social e produtiva mais importante do País, de agora em diante devemos ser tratados com respeito e dignidade. E essa condição se tornará real mediante o reconhecimento da plena liberdade para o exercício sindical, bem como com a consagração de um justo direito de greve, capaz de contribuir para o bom êxito da livre negociação entre patrões e empregados.

As greves revelaram que as leis devem ser feitas com base na realidade. E qual a realidade agora demonstra-

da? Resposta clara: o conflito entre patrões e trabalhadores, quer no aspecto salarial, quer quanto às condições de trabalho, só se resolve satisfatoriamente através da livre negociação, sem interferência ostensiva do governo; e o Sindicato, como órgão legal e competente, desempenha papel relevante no encaminhamento e solução das reivindicações dos trabalhadores. Daí se concluir que os sindicatos devem ser livres, gozando de plena autonomia para poder desempenhar com eficiência sua incumbência. E as leis em que deverão se apoiar com tal propósito devem ser justas e adequadas à realidade.

Mas só num regime de plena democracia poderemos alcançar todos esses objetivos. Mesmo a demonstração agora realizada, teria se tornado impossível se já não existisse algum indício de democracia no País. De fato, foi a partir do momento em que se conquistou a liberdade de falar, diante do abrandamento das repressões e o afrouxo da censura à imprensa, que os trabalhadores puderam ser esclarecidos e conscientizados sobre seu dever de participação na atividade trabalhista.

Estamos longe, porém, de conhecer uma democracia completa e verdadeira. Afinal, as leis e os instrumentos de exceção, responsáveis pela sua morte anterior, ainda continuam de pé, embora alguns deles, como revelaram as greves, já não tenham nenhuma utilidade. Mas um País não pode caminhar sem leis. E nem queremos uma sociedade anarquizada, onde tudo se resolva com o emprego da força. Vejamos, por exemplo, a questão do Tribunal Regional do Trabalho, importante braço do nosso Poder Judiciário. Ele continua sem autonomia e sem competência, cerceado pela legislação ultrapassada. Haja vista que não pode fixar, de maneira isenta, o reajuste salarial, uma vez que está condicionado ao decreto presidencial sobre fatores de reajustamento; muito menos pôde, no caso das greves, expressar-se livremente, porque teve de apoiar-se numa lei antigreve para dar sua sentença.

Como vemos, as leis existentes não nos servem mais. Nem a nós nem aos patrões. Estes também precisam de leis justas e funcionais para resolver com sabedoria a briga com seus empregados. É toda uma legislação que se choca com a prática da democracia, razão pela qual precisa urgentemente ser substituída.

AGORA, A LUTA PELAS LIBERDADES

Greve é uma briga com o patrão levada às últimas consequências, com feição de uma batalha durante a qual alguém cai ou sai ferido. Em nosso caso, nada disso houve: os dias parados em consequência do movimento serão pagos pelos patrões e ninguém, até o momento, foi punido por ter dele participado. Isso nos autoriza a dizer que saímos totalmente invictos dessa batalha.

E qual seria a causa dessa vitória completa? Resposta: porque o movimento foi unitário, feito por trabalhadores que souberam se manter pacíficos e em ordem, não dando motivo algum a punições. Vale dizer que não foi deixado nenhuma brecha para o inimigo atuar, usando a legislação repressiva em vigor.

Sabemos que o movimento paredista legalmente não teve nenhum amparo. Foi deflagrado contra uma lei proibitiva das greves e uma política salarial rígida e inflexível, que não tolera mais de um reajuste ao ano, e em época certa. Com base nesse fato, o governo e os patrões poderiam ter acionado os instrumentos legais de repressão. Mas não o fizeram. E a que atribuir tal recuo?

Naturalmente à coesão e ao caráter pacífico do movimento. Defrontaram-se com uma força organizada

superior a deles, a qual anulou os efeitos das leis injustas, estabelecendo uma nova realidade no mundo do trabalho. Realidade que não pode mais ser ignorada e a partir da qual as leis injustas devem ser reformuladas.

Demos um significativo exemplo do nosso poderio de classe. Mostramos que nossa participação nas lutas sociais pode alterar os destinos do país. Conseguimos nos impor ao respeito dos patrões. E o governo, até então insensível aos nossos anseios, passou a nos ver com outros olhos. Talvez comece a nos levar em conta para reformular suas leis de controle da sociedade. Um exemplo disso é o anúncio de uma nova lei de greve, que estaria sendo examinada por uma comissão de juristas designada pelo Ministério do Trabalho.

Resta agora preservar a unidade e organização demonstradas. Não podemos descuidar, permitindo a rearticulação patronal e sua investida contra nossos direitos. Há ainda muita coisa por ser feita em função de uma estrutura sindical perfeita, que permita a livre manifestação dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Precisamos alcançar, principalmente, liberdade e autonomia sindicais. E isto só se tornará realidade a partir da nossa unidade e organização.



O METALÚRGICO

Órgão informativo e opinativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Diretor:

Francisco C. Barros
Redator-chefe:

Antônio Carlos Felix Nunes
Redação e sede do Sindicato:
Rua Gertrudes de Lima 202
Telefones:
449-7766 - 449-7001
449-7845 - 449-7398

Respondem pelo conteúdo deste jornal o diretor, redator-chefe e os membros da diretoria do Sindicato. Os artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.

DIRETORIA DO SINDICATO

Lázaro Maciel,
Ernesto Sencini, Francisco C. Barros, João J. de Albuquerque, José Cicote, Orlando F. de Mota, João R. de Mesquita, Luiz Pirillo, Luiz Alves, Oswaldo Siqueira, Itadeu A. de Brito, Izaias U. da Cunha, Antônio A. da Silveira, José M. Santoro, Moacyr de Oliveira, Antonio B. de Oliveira, Antonio E. Silva, Orides Beraldinelli, Antonio A. da Silva, João Rodrigues da Silva e Manoel Correia Leite.

editora
jornalística **CRIART** Ltda.

Rua do Carmo, 56 - 2.º - sala 24
Tel.: 35-1427 - Centro - São Paulo

OS METALÚRGICOS QUEBRAM O TABU E MOSTRAM FORÇA

Na verdade, o processo das atuais greves teve início há quase um ano, quando, com a liberdade de imprensa então permitida, veio à tona a fajutagem dos números e dados sobre a inflação, praticada nos anos de 72/74 com o objetivo de mostrar que a inflação vinha sendo contida.

A revelação indicou que os trabalhadores tinham sido os únicos prejudicados com a manipulação econômica, pois deixaram de receber, naqueles anos, reajuste salarial equivalente a 34%.

Então, iniciou-se, movimento pela recuperação dessa diferença, já que o próprio governo admitiu a fajutagem e decidiu proceder a uma correção histórica dos números da inflação. Os trabalhadores foram mobilizados, e memoráveis assembleias, reunindo quantidade de metalúrgicos nunca antes verificada, foram realizadas na sede do Sindicato. Mas o governo e os patrões, embora reconhecendo a justiça da nossa pretensão, se recusaram a atendê-la. O Tribunal Regional do Trabalho, provocado a apreciar um caso (o dos companheiros de Osasco), que se encontravam em campanha salarial), também não admitiu a procedência da reivindicação. Fechavam-se as portas dos entendimentos amigáveis com os patrões e do Judiciário Trabalhista. Todos fugiam ao nosso pedido de justiça. E o faziam certos de que os trabalhadores, durante dez anos perseguidos, reprimidos e amordaçados, não teriam disposição para intentar um protesto contra as determinações legais.

Enganaram-se, porém. Os trabalhadores se mantiveram quietos, em obediência à legislação vigente, mesmo sabendo ser esta injusta, mas não conformados. E no silêncio, foram se conscientizando de sua força e da necessidade de lutar. Aguardavam um momento propício para desencadear novos protestos contra o arrocho salarial.

CHEGOU A HORA

E esse momento chegou. Veio junto com a liberdade conquistada pelo clamor da Nação. Pararam os trabalhadores da COFAP, depois de algumas paralisações nas indústrias automobilísticas de São Bernardo. Era o sinal da partida. O movimento atingiu em seguida a Alcan, Pirelli, GE, e rapidamente, como um rastilho de pólvora, alastra-se por dezenas de outras empresas. Ninguém consegue amortecer mais o ímpeto dos trabalhadores. Eles lutam unidos, organizados e ordeiros, fazendo uso da única arma com a



qual contam para serem ouvidos pelos patrões: a greve.

E, com as máquinas paradas, as negociações que se tornaram impossíveis na época do movimento pela reposição dos 34% e mesmo durante a campanha normal pelo reajuste deste ano, começaram a ser realizadas. Os patrões agora aceitam discutir com o Sindicato as reivindicações salariais, que antes considerariam "extemporâneas e inopurtas, por ferirem a política salarial do governo e por contrariarem as

determinações legais". Agora abandonaram esses argumentos, sentaram-se à mesa ao lado do nosso Sindicato, e se mostraram dispostos simplesmente a negociar.

E O AUMENTO SAIU

Em algumas fábricas saiu aumento de 15%; noutras 10%, além de muitas antecipações a serem compensadas no próximo reajuste normal. A política salarial foi quebrada. O reajuste normal, fixado para prevalecer até abril de 1979 não serão mais aqueles magros 39%, expressos na sentença do Tribunal Regional do Trabalho. Por isso o movimento grevista foi plenamente vitorioso. Não foi preciso fazer nenhuma concessão para obter um reajustamento salarial bastante acima daquele estabelecido, de forma rígida, pela presidência da República. Nem os dias da paralisação foram perdidos, pois uma de nossas condições para aceitar as contrapropostas patronais, era que os dias da greve fossem pagos. Assim, se a gente transformar isso em dinheiro logo verificará que os aumentos efetivamente obtidos estão acima dos percentuais expressos nos acordos.

VITÓRIA DA UNIÃO

Essa é a vitória do aspecto econômico, daquilo que de concreto resultou a greve e que, a partir deste mês, enfiaremos no bolso. Devemos considera-la também do ponto de vista moral. Vejam que antes os patrões falavam duro. A qualquer motivo acenavam com a aplicação das leis punitivas, registrando-se, inclusive, inúmeros casos de simples arbitrariedades patronais, cometidas ao arrepio de lei. Eram donos absolutos da situação, porque tinham as leis e a política do seu lado. Mas, aquilo que o sindicato há dezenas



As greves em Santo André aconteceram inesperadamente. Mas não foram surpreendentes. Só patrões e o governo, naturalmente, podiam admitir que elas não acontecessem. Afinal, durante dez anos, empregando métodos intimidativos e escorados num regime político autoritário, haviam encostado os trabalhadores na parede. Sindicato e trabalhadores não podiam se mexer, estavam amordaçados. Mas as insatisfações acumuladas por força de uma política salarial injusta, que reduziu o padrão de sobrevivência da classe operária a níveis intoleráveis, um dia explodiram. Disso sabiam o Sindicato e todos aqueles que não se calaram, desenvolvendo uma atuação condizente com as aspirações dos trabalhadores.

de anos vem pregando, foi mostrado agora e revelou-se plenamente positivo: a unidade e organização dos trabalhadores. Ninguém resistiu aos nossos atos e protestos, quando eles são alicerçados na união e organização.

Vejam que fizemos greve contrariando frontalmente uma lei em vigor; que pedimos reajuste fora de tempo, contrariando igualmente outra lei, e conseguimos tudo. Ou seja: legitimar a greve, mesmo sendo ilegal pela lei, e conseguir aumento salarial, mesmo estando proibido por lei. Eis a vitória moral do movimento. Com ela mostramos que temos força. Uma força superior a do patrão a qual quando usada com sabedoria, como agora, faz mudar as coisas ao nosso favor.

NA PIRELLI O GRANDE ACORDO

Uma prova de que a política salarial foi quebrada, perdendo sua validade prática, assim como da possibilidade da livre negociação com os patrões, está na solução dada à campanha salarial dos companheiros da Pirelli. O Sindicato realizava gestões normais, amparado na lei, pelo reajustamento salarial (vigência em 19 de junho), quando a paralisação ali ocorreu. Nesta altura, a formalidade já tinha sido praticamente cumprida, com várias reuniões na Delegacia Regional do Trabalho. De maneira que o processo teria o mesmo desfecho do grande dissídio da categoria, em abril último: fixação do índice oficial de reajustamento através do julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, e concessão de alguns outros benefícios já previstos, como a estabilidade à operária gestante.

E assim, a tentativa de celebração de convenção coletiva, inclusive prevista na própria legislação (CLT), seria mais uma vez frustrada. Entretanto, a greve irrompi-

da no curso dos entendimentos formais, acabou tornando realidade a livre negociação. Com as máquinas paradas, a empresa se dispôs a conversar com o Sindicato sobre as reivindicações dos trabalhadores. E o resultado foi esse acordo, estabelecendo um reajuste muito maior do que o que viria com a aplicação pura e simples da determinação da política salarial, além de várias vantagens complementares impossíveis de serem atendidas pelo Tribunal do Trabalho, no julgamento do dissídio coletivo.

PRIVILEGIADOS

Assim, os companheiros da Pirelli, só porque conseguiram realizar greve, colocam-se numa posição privilegiada em relação a outros trabalhadores, cuja data do reajuste é a mesma. É o caso, por exemplo, dos trabalhadores da Construção Civil de São Paulo, que tiveram só os 39%. O pessoal da Pirelli terá 10,5% acima desse fator, além de vantagens que

não constam de nenhum outro acordo ou sentença do Tribunal como a complementação, por um período de 45 dias de auxílio doença do INPS.

O resultado do caso indica claramente quanto é importante e decisivo o uso correto da greve. Além de elemento de pressão para as negociações, a greve é também o reflexo da unidade e organização dos trabalhadores. Se estes são fracos e desunidos de nada adiantariam por exemplo uma lei, que pudesse ser acionada pelo Sindicato. Só na prática é que se mostra a validade dessa poderosa arma da classe operária, só na prática, também é que se obtém o direito de usá-la, legalizando-se em consequência os nossos atos.

Conclusão óbvia: os direitos precisam ser conquistados pelo nosso próprio esforço para serem válidos e verdadeiros. E para isso precisamos estar unidos e organizados e conscientes da maneira como deveremos agir em função de nossas pretensões.

COMO FORAM RESOLVIDAS EM SANTO ANDRÉ

Tudo foi questão de começar. Em São Bernardo do Campo pararam os trabalhadores da Scania. Em seguida, as máquinas silenciavam na totalidade das fábricas automobilísticas. E o vírus da greve chegaria imediatamente a Santo André. A Philips, Alcan, GE, Pirelli — uma a uma elas vão sendo atacadas. No décimo dia, a greve era uma epidemia incontrolável. Os patrões se desesperavam, no afã de encontrar antibiótico para combatê-la. O receitado pelo Tribunal do Trabalho, dois dias após as

primeiras paralisações em São Bernardo, não surtiu qualquer efeito.

Foi aí que resolveram recorrer ao entendimento direto com o Sindicato. Era o melhor remédio para deter o impressionante surto epidêmico. E o resultado disso foram os aumentos salariais, que passaram a vigorar a partir deste mês. O quadro abaixo mostra como foram solucionadas as greves na região de Santo André.



CONGRESSO DA CNTI

A Carta de 1.º de Maio, aprovada em ato comemorativo à data realizado em nosso Sindicato, será levada ao debate do V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a realizar-se no Rio de Janeiro, no período de 9 a 14 de julho próximo.

Nosso Sindicato se fará presente com 11 delegados, escolhidos pelos companheiros das empresas.

NEGOCIAÇÃO DIRETA DESDE 12/6/78

	Operários		
Alcan	4.500	15 %	de aumento
Feisa	150	15 %	de aumento
Mollins	250	15 %	de aumento
Sernair	650	15 %	de aumento
Otis	1.300	13 %	de aumento
Pirelli	6.500	10,5 %	de aumento
GE	4.200	10 %	de aumento
Ishiki e Cia.	150	15 %	de aumento
Calvi	150	15 %	de aumento
Ind. Romi	3.800	15 %	de aumento
Brosol	2.000	15 %	de aumento
Phillips	2.000	13 %	de aumento
Constanta	1.400	13 %	de aumento
Ibrape	700	13 %	de aumento
Chrysler	1.800	11 %	de aumento
Mec. Lido	50	10 %	de aumento
Facchini	1.000	10 %	de aumento
Cima	800	10 %	de aumento
Cofap	8.500	10 %	de aumento
Fichet	1.800	10 %	de aumento
Krause	150	10 %	de aumento
Eluma	2.500	10 %	de aumento
Laminação N. de Metais	740	10 %	de aumento
Trw Gemmer			
Thompson S/A	2.498	10 %	de aumento
Pierre Saby	619	10 %	de aumento
K.S. Pistões	638	9 %	de aumento
Eaton S/A	290	10 %	de aumento
Cervin	182	15 %	de aumento
Mosó Cia Ltda	125	10 %	de aumento
Lam Alumínio			
Eq. Indústrias			
Est. Metálicas			
Autopeças			
Elev. e Escal. Rolantes			
Pneus e cabos ele.			
Eletrodomésticos			
Metallurgia			
Metallurgia			
Tornos			
Metallurgia			
Eletrodomésticos			
Eletrodomésticos			
Eletrodomésticos			
Montadora			
Metallurgia			
Autopeças			
Autopeças			
Estr. Ind.			
Lam. Cobre			
Laminação			
Autopeças			
Construções metálicas			
Autopeças			
Ferramentas			
Metallurgia			

O PORQUÊ DAS GREVES



LUCROS DOS PATRÕES E OS SALÁRIOS

Os balanços financeiros de algumas empresas de Santo André, do ramo metalúrgico, revelam que seus lucros foram bastante elevados durante o último exercício. Em alguns casos o lucro bruto ultrapassou o capital aplicado. Com o trabalhador acontece o contrário: seu capital — a força de trabalho — continua desvalorizado, segundo estudo do DIEESE, em quase 50% com relação ao valor que tinha há dez anos. Em termos jurídicos, isso significa que o trabalhador está falido, ou pelo menos que sua insolvência poderia ser requerida. Mas vejamos os lucros de algumas empresas do nosso setor e nas quais os trabalhadores fizeram greve:

CIMA. Com capital mais reservas de Cr\$82.736.096,82, ela obteve um lucro bruto de Cr\$46.385.436,94 e um lucro líquido de Cr\$20.719.365,83. Sua situação financeira é considerada regular, e a econômica, excelente.

S/A PHILIPS. Capital mais reservas, Cr\$2.484.932.724,92; lucro bruto, Cr\$2.283.344.051,87; lucro líquido, Cr\$738.105.316,23. Situação financeira e econômica, boa.

CONSTRUÇÕES M. PIERRE SABI. Capital mais reservas, Cr\$99.722.353,37; lucro bruto, Cr\$57.934.581,81; lucro líquido, Cr\$9.993.397,98. Situação financeira e econômica, boa.

CONSTANTA ELETROTÉCNICA. Capital mais reservas, Cr\$ 552.976.080,61; lucro bruto, 291.333.609,88; lucro líquido, Cr\$ 193.041.132,18. Situação financeira e econômica, excelente.

IND. DE ARAMES CLEIDE S/A. Capital mais reservas, Cr\$168.754.492,00; lucro bruto, Cr\$91.266.454,00; lucro líquido, Cr\$21.759.091,00. Situação financeira e econômica, excelente.

MOLINS DO BRASIL S/A (MÁQUINAS). Capital mais reservas,

Cr\$11.673.000,00; lucro bruto, Cr\$39.559.000,00; lucro líquido, Cr\$4.392.000,00. Situação financeira péssima; econômica, boa.

PIRELLI. Capital mais reservas, Cr\$7.603.391.681,00; lucro bruto, Cr\$3.186.321.553,00; lucro líquido, Cr\$1.288.425.257,00. Situação financeira e econômica, excelente.

ALCAN. Capital mais reservas, Cr\$2.408.640.000,00; lucro bruto, Cr\$1.124.085.000,00; lucro líquido, Cr\$899.404.000,00. Situação financeira e econômica, excelente.

NORDON. Capital mais reservas, Cr\$323.348.995,00; lucro bruto, Cr\$102.905.371,00; lucro líquido, Cr\$69.687.639,00. Situação financeira e econômica, excelente.

ELUMA. Capital mais reservas, Cr\$857.480.000,00; lucro bruto, Cr\$622.579.000,00; lucro líquido, Cr\$151.923.000,00. Situação financeira, boa, econômica, excelente.

HARVER HUBBELL DO BRASIL S/A (EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS)). Capital mais reservas, Cr\$204.975.728,64; lucro bruto, Cr\$146.499.849,04; lucro líquido,

Cr\$35.453.226,94. Situação financeira e econômica, boa.

SALÁRIOS

Vejamos agora a situação dos nossos salários: nos anos de 72/74, em consequência da manipulação dos dados inflacionários, perdemos 34,1%. Essa diferença até agora não recuperamos. Em contrapartida, quando uma empresa não anda bem financeiramente, o governo lhe concede toda sorte de vantagens fiscais, visando recuperá-la. O dinheiro do PIS, do Fundo de Garantia e BNDE por exemplo, tem sido emprestado às empresas com tal finalidade.

Tem mais: nossos salários vêm defasados desde 1965. Recente estudo do DIEESE revela que, este ano, para recuperar parte do que perdemos deveríamos receber um reajuste de 79%. No dissídio, julgado contra nossa vontade, vieram 39% e agora, com as greves, obtivemos mais 10 e 15 por cento. Mas ainda estamos longe de uma recuperação real dos nossos salários. Nossa situação ainda é péssima, enquanto a das empresas vai de boa a excelente, como vimos pela amostragem acima.

O EXEMPLO DAS NOSSAS COMPANHEIRAS

Na Brosol, a iniciativa da paralisação coube às mulheres. Oitocentas delas cruzaram os braços, exigindo aumento de 20%. Teriam logo depois a adesão dos homens. Seriam elas, entretanto, que ofereceriam resistência à contraproposta patronal, apresentada quando a fábrica estava totalmente parada. Os 15% oferecidos não foram aceitos, e elas continuaram paradas até que a empresa cedeu em mais 5%.

Nesta empresa, o exemplo das mulheres põe por terra a velha tese segundo a qual elas são menos combativas do que os homens, e precisam ser sempre lideradas. Pois foram elas que saíram a frente e, graças à sua unidade, organização e disposição de luta, foi nesta empresa que saiu um

dos melhores acordos resultantes das greves. Ou seja: 15% de aumento efetivo, com vigência retroativa a partir de 1.º de Maio, e mais 5% a título de antecipação. Em princípio, a empresa, já sentindo a forte pressão das mulheres, ofereceu aumento de 15%. Mais tarde, diante da resistência delas, concordou em conceder mais 5% em forma de antecipação.

Os entendimentos foram encaminhados através do nosso Sindicato, com seus diretores mantendo prolongadas entrevistas com a direção da empresa. Realizaram também várias reuniões com os trabalhadores e só assumiram compromissos com a empresa mediante autorização daqueles. Vale assinalar que as mulheres da Brosol, como a

maioria das trabalhadoras, ganham salários muito baixos. E isso foi um dos fortes argumentos que elas usaram para se manterem firmes no movimento.

PARTICIPAÇÃO

O caso da Brosol é um claro exemplo de que as mulheres trabalhadoras começam a tomar consciência da necessidade de participar ativamente da luta contra os patrões. Em muitas outras empresas, a participação das mulheres no movimento grevista foi evidente e importante. Os patrões até agora vinham usando as mulheres como uma maneira de dividir e enfraquecer a luta sindical. Assim, encontrando maior facilidade para explorá-las, substituíam os homens por elas. Em con-

sequência, tinham uma mão de obra barata e dócil. E os homens ficavam em minoria nessas empresas, privados da força da unidade para fazer valerem suas reivindicações.

Parecia exatamente esse o caso da Brosol: 800 mulheres por 300 homens. Mas, contrariando naturalmente toda a previsão patronal, foram elas que decidiram parar e chamar os companheiros para seu movimento. Isso revela que as mulheres já são força consciente e organizada dentro do movimento operário. As greves do ABC, que mudaram muita coisa no País, também deram essa lição aos patrões: de agora em diante terão de respeitar mais as mulheres. Já não poderão explorá-las com muita facilidade, sem correr o risco de brincar com fogo.



NOSSA CARTA DE 1º DE MAIO



Uma Carta consubstanciando os anseios básicos dos trabalhadores e do povo, foi discutida e aprovada na comemoração do nosso 1.º de Maio, realizada na sede do Sindicato. Foi um dos poucos atos autênticos, refletindo o verdadeiro sentido da data, realizados no Brasil. Os demais, como os patrocinados por patrões e o governo, foram distorcidos e apenas serviram para fornecer ao trabalhador uma idéia falsa do que essa data lhe representa.

Nossa Carta contém um balanço geral da situação brasileira e nela estão as medidas que desejamos para que os trabalhadores e o povo voltem a ter uma vida digna, ganhando salários compatíveis com sua condição humana e vivendo num clima de paz e liberdade. Transcrevemos nesta página os principais tópicos da nossa Carta certos de que, em breve tempo, todos nossos anseios serão concretizados.

FUNDO DE GARANTIA

O mundo experimenta hoje um processo de integração do trabalhador na empresa para a qual trabalha. O fenômeno é perfeitamente evidenciado nos sistemas de co-gestão, nos conselhos de empresa e na participação dos lucros. Entre nós o processo acontece em sentido contrário. O que se dá é a contínua e completa desvinculação. O exemplo mais marcante está no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Este sistema quebrou os últimos liames que ainda podiam unir empresa e empregado, ou seja, a in-

denização e a estabilidade. O Fundo de Garantia é fator de extrema instabilidade no emprego, causador da intensa rotatividade de mão de obra, que é também inteligentemente usada para fraudar a aplicação dos já insuficientes índices de reajuste salarial. O sistema é simples. Basta fazer a contínua substituição dos empregados mais antigos, beneficiados por alguns reajustes coletivos, por empregados novos de salários inferiores. Por sua vez, os dispensados só encontram novo emprego com salário sensivelmente reduzido.

O Fundo de Garantia foi constituído para resolver o problema da moradia. Entretanto, os planos iniciais do B. N.H. estão falidos e suas casas só podem ser compradas pela classe média e rica. As grandes construtoras, intermediárias e beneficiárias de vultosos financiamentos, ficaram com os lucros e provocaram intensa especulação imobiliária. E ficamos com um triste paradoxo: o dinheiro do povo mais humilde foi emprestado para que os ricos pudessem adquirir lindos apartamentos, financiados a longo prazo. Aos trabalhadores restou a perspectiva pouco animadora das favelas.

Queremos mais garantia e estabilidade. Queremos que a legislação do Fundo de Garantia seja compatibilizada com os instintos de estabilidade. Exigimos o fim do arbítrio exercido pelo empregador que dispensa quem quer e quando quer sem atentar para os problemas sociais que causa.

LIBERDADE SINDICAL

Nosso modelo sindical, copiado da "Carta Del Lavoro", da Itália fascista do tempo de Mussolini, mantém os sindicatos umbelicamente presos ao governo (no caso das gre-

ves, por exemplo, o governo fez pressão para que o sindicato obrigasse os operários a voltarem ao trabalho sem receber nada). Este estado de coisas, além de ferir convenções internacionais, sujeita as entidades de classe, à índole e à própria política do governo. Elas deixam de ser órgãos de coordenação de interesses e de pressão social, para se tornarem órgãos de colaboração e postos de recreação e assistência social.

Para que o Sindicato seja autêntico urge que se desvincule do governo e que sua autonomia e liberdade sejam amplamente respeitadas. Precisamos com urgência de um Comando Geral dos Trabalhadores que coordene e organize a luta operária. Queremos que se ponha fim ao arbítrio que, de longa data, pesa sobre nós como uma maldição.

DEMOCRACIA

Estamos privados de um elenco de liberdade e direitos, e sufocados por uma legislação excepcional e supra constitucional. Entendemos haver chegada a hora de voltarmos ao estado de direito, com o retorno das garantias individuais, com o restabelecimento das prerrogativas da magistratura do "habeas corpus" e das eleições livres e diretas para o preenchimento de todos os cargos. Queremos lutar e trabalhar honestamente em nossa trincheira, sem correr-mos o risco de sermos considerados inimigos da pátria ou taxados de subversivos. Enfim, como maioria que somos queremos escolher com liberdade nossos próprios caminhos, opinar, participar, e influenciar nas decisões.

Entendemos haver chegada a hora de uma reconciliação nacional, através de uma anistia ampla e generosa para todos os patrícios, cujo único crime foi não concordar com os excessos de um regime autoritário. Que todos, presos políticos, cassados, banidos, possam viver e trabalhar na pátria onde nasceram e também amam. Enfim, queremos que estas nossas reivindicações sejam estudadas seriamente pelos governantes que, sobretudo, devem servir ao interesse do povo.

SALÁRIO MÍNIMO CADA VEZ MAIS ENCOLHIDO

O salário mínimo de hoje é menor do que era em 1940, quando foi instituído, no que refere ao seu poder de compra. Isto é, com o mínimo de hoje se compra muito menos coisas do que, com essa mesma remuneração, se comprava naquela época. E a queda do seu valor real acentuou-se a partir de 1963, a tal ponto que, para voltar ao que era em 1940, precisaria ser aumentado este ano em 117,06%.

Essa é a primeira conclusão a que chegou o DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos —, no estudo realizado sobre a matéria. Baseou-se o DIEESE em dados sobre a elevação de custo de vida, na produtividade nacional e nas leis que estabelecem a quantidade mínima de alimentos que as pessoas devem consumir para sobreviver.

Dessa forma, o salário mínimo deste ano deveria ser de Cr\$ 2.401,53, e não o que foi decretado.

PRODUTIVIDADE

Se o salário mínimo cresceu como rabo de cavalo (só pra baixo), em compensação a produtividade nacional vem apresentando, nestes últimos anos, surpreendente crescimento vertical. Assim, enquanto o salário mínimo decaiu do índice 89,62% em 1963 para o índice 48,53% em março do ano em curso, o Produto Interno Bruto (produtividade) cresceu de 211,23% naquele ano para 418,51 hoje.

Por aí se verifica logo uma grande contradição do regime político: crescimento vertiginoso da produção e, consequentemente, aumento desenfreado da exploração da nossa

força de trabalho, de um lado; de outro, decréscimo, igualmente vertiginoso, dos salários. Da mesma forma, a taxa de mortalidade infantil, que reflete a situação alimentar das populações, indicando se elas comem bem ou passam fome, cresceu em razão direta da redução dos salários. Assim, depois de decrescer bastante até 1964, experimentou novo crescimento, passando de 69% no ano referido para 94,38% em 1974, pior época da vida brasileira, com os salários mais arrochados e maior repressão aos sindicatos. A partir daí, a taxa de mortalidade infantil oscilou algumas vezes, apresentando seu menor índice em 1977: 70,68%. Exatamente porque neste ano o salário mínimo foi elevado um pouco além dos anos anteriores, com um percentual beirando aos 50%.

EUA: O MÍNIMO DELES E O NOSSO

Nos Estados Unidos da América do Norte o salário mínimo hoje vigente corresponde, na conversão para nossa moeda, a Cr\$ 10.713,42. E nós não estaríamos longe dessa importância, se todas as despesas de uma família média (o casal e dois filhos) fossem levadas em conta para efeito da decretação do salário mínimo. Pelo estudo do DIEESE, por exemplo, o custo de uma ração mínima (ração essa prevista em lei e baseada em estudos científicos a respeito da necessidade do organismo humano) está orçado hoje em Cr\$ 678,75 por pessoa. Assim, só para comer, essa família necessitaria de Cr\$ 2.036,25. Incluindo-se outras despesas (habitação, vestuário, higiene e transporte), essa mesma família precisaria de um rendimento

de Cr\$ 4.233,37, segundo cálculos do DIEESE. Mas, com esse salário daria para ela viver ainda muito mal, sem poder viajar, divertir-se, ter gastos extras além dos rotineiros. E aqui entra o problema mais sério gerado pelo regime político em vigor: a produtividade do trabalhador, esse Produto Nacional Bruto (PIB), com o qual o governo mede o progresso econômico do país, não beneficia socialmente o povo. Vale dizer que não participamos do resultado do nosso trabalho. Se nos dessem uma participação nesse PIB, na proporção do que produzimos e de forma que nosso salário nunca ficasse abaixo do custo de vida, o salário mínimo hoje deveria ser de Cr\$ 10.051,12. Estaríamos bem próximos, então, do trabalhador dos Estados Unidos, onde o custo de vida não sobe tanto quanto aqui.



Recado à minha gente

O tabú caiu, minha gente. E entre mortos e feridos todos se salvaram. Até os patrões, que comecem aprender a negociar conosco. Foi fácil provar que fazer greve não é um bicho papão. Depende apenas de como fazer. E nós testamos nossa capacidade para isso maravilhosamente bem. Fomos à ação unidos, organizados e em ordem, como um exército disciplinado. Fizemos a greve verdadeira, que é simplesmente parar, recusar-se a trabalhar. Essa, minha gente, é a greve que incomoda e dá resultado. Como deu neste primeiro teste. É a greve da consciência de classe, compreendida quando a gente fica quieta, não fazendo nada, só olhando pra máquina, e pensando: hei, bichinha, hoje é a tua folga. Ninguém vai fazer você funcionar para dar lucros ao patrão. Aí, intimamente os patrões ficam uma vara. É quando eles ficam sabendo quanto dói uma saudade. Saudade dos lucros que nesse dia não vão pingar em seus cofres. Aí o patrão não aguenta e, como o antigo apaixonado que se manda

atrás da namorada desprezada, ele chega bonzinho do nosso lado. Quer conversar. E a gente conversa, com as máquinas paradas, é claro.

A gente conversa de homem para homem. Como fizemos agora. Bem diferente de antes, com a gente só choramingando, sem parar a máquina. Aí o patrão cantava de galo. Fazia da gente mulher de soldado; ou filho medroso e inseguro, que o pai faz calar só no grito. Não dava nada e tava acabado. Se insistisse no choro, era ameaçado com alguma punição. Mas, com máquinas paradas, união de todos na ação, o negócio é outro. Aí, quem encara o patrão com autoridade é a gente. Foi o que mostrou o nosso movimento. Tomamos conta do meio campo, na base do jogo limpo, sem brutalidade. Jogamos com classe, driblamos lindamente o adversário. E marcamos belíssimos gols. A defesa deles, durante dez anos tida como imbatível, não resistiu ao primeiro ataque. A lei proibitiva da greve saiu logo de campo, contundida; e a política salarial, jogando no gol, foi pela primeira vez inúmeras vezes vazada.

Agora é tocar prá frente. Aprovado no teste, a gente precisa pensar como consolidar o time para repetir a façanha em outros jogos. Cabe aqui refletir sobre os motivos de nossa vitória. Primeiramente, fomos favorecidos por esse clima de certa liberdade, que envolve o País. Há dois ou três anos, esse jogo limpo não teria sido possível. Os patrões pediriam reforços e uma conhecida turma da pesada entraria de sola, com tudo. Mas neste particular a gente tem também de considerar o seguinte: se a turma da pesada não entrou em ação, foi porque o tempo dela já passou, com essa democracia que chega. E essa democracia foi também conquistada (ou ainda

está sendo). Quero dizer com isso, que nada desce do céu, de graça. Para a gente conquistar o direito de fazer greve, precisou haver liberdade. E para haver liberdade, precisou que muita gente se empenhasse por ela.

Mas tudo não está ainda resolvido. Há muito chão pela frente até chegar à democracia ideal e ao movimento trabalhista ideal. Para começo de conversa, as velhas leis, inimigas dessa democracia, estão ainda aí de pé, embora já sem utilidade prática. Mas se a gente bobear elas serão revigoradas e aplicadas novamente. Precisamos então substituí-las. O País não pode ficar sem leis. Se a greve, por exemplo, pode ser feita, como provamos agora, queremos que isso seja expresso numa lei. Se a política salarial já não pode ser aplicada, queremos que o governo diga que ela está extinta. Aí saberemos que a negociação direta e livre com os patrões será legal. Se os sindicatos são livres e podem agir com total autonomia em favor da gente, orientando e dizendo de que maneira devemos proceder na briga com os patrões, também queremos que isso seja colocado no papel das leis. Tudo tem que ser preto no branco.

São esses complementos que devemos conquistar agora. Vejam os companheiros: falei em conquistar, e não esperar que paternalmente isso tudo venha de cima. Por isso a nossa luta, provada neste primeiro teste, deve prosseguir.

E contando com vocês para o próximo jogo, envio um grande abraço a todos.

Zi Malha

GREVE NA ÁDRIA DESMASCARA O REPRESENTANTE CLASSISTA

O julgamento da greve dos companheiros de São Bernardo do Campo, pelo Tribunal Regional do Trabalho, ocorreu dois dias após a deflagração do movimento. Já se previa que isso fosse acontecer, assim como já se sabia qual seria a sentença: as greves seriam consideradas ilegais nos termos da lei 4.330. Mas no Tribunal atuam representantes dos trabalhadores—todos dirigentes de sindicatos operários. Por isso se esperava que haveria pelo menos três votos a favor da greve, já que eles estão aí para defender os trabalhadores.

Entretanto, essa previsão falhou. Dois desses juízes, inclusive o que relatou o processo, sr. Osvaldo Peres, votaram com os patrões, condenando a greve. Traíram os operários. Só o sr. Marcelino Marques, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo, defendeu a legitimidade da greve, baseando-se na Constituição Federal.

SITUAÇÃO DELICADA

Poucos dias depois dessa vergonhosa capitulação, quando os trabalhadores prosse-

guiam no movimento indiferentes à declaração do Tribunal, acontecia greve na fábrica

Ádria (indústria de produtos alimentícios). Exatamente uma empresa da jurisdição do Sindicato presidido por um dos traidores dos metalúrgicos, o sr. Ermelindo Soares de Camargo. Ironicamente, o falso juiz operário era obrigado a lidar com uma greve dentro de sua própria área. A empresa solicitara a presença do Sindicato e queria negociar a reivindicação: dos grevistas, que outra não era senão um justo aumento salarial. Ermelindo, evidentemente, não falou que a greve era ilegal, nem pediu polícia para reprimir os trabalhadores. Ficou numa posição de escanteio: como juiz era contra a greve, como dirigente sindical não podia se opor à decisão dos trabalhadores.

Contudo, muita coisa não fez em favor da reivindicação dos trabalhadores. O que

estes conseguiram (aumento de 15%) deveu-se unicamente ao esforço deles, foi fruto da unidade e organização havidas dentro da fábrica.

PELEGOS

Como se conclui face a tal fato, os trabalhadores do setor de alimentação na área do grande São Paulo e ABC estão sindicalmente desamparados. Jamais poderão contar com o seu órgão de classe como instrumento impulsor de suas lutas reivindicatórias. Mas estão obrigados a contribuir financeiramente para seu sindicato, mesmo não sendo sócios. Anualmente, sofrem dois descontos compulsórios em seus salários: o imposto sindical e a contribuição assistencial.

Incoerentemente, esse dinheiro ajuda a manter na dire-

ção do Sindicato aqueles que se colocam contra seus interesses.

Essa a estrutura sindical que possuímos. Ela permite (e facilita) a formação de pelegos sindicais, que facilmente se corrompem e passam a traír à sua classe. Os cargos de vogal e juiz classistas, altamente remunerados, são algumas das vantagens que se prestam para tal finalidade. Para manter esses empregos, os dirigentes sindicais apelegados e acomodados, que não pretendem mais retornar à fábrica, fazem qualquer tipo de negócio. Mas os pelegos poderão ser alijados dos sindicatos, a partir do momento em que destes os trabalhadores participem ativamente, com suas lideranças autênticas, forjadas no interior das fábricas e em movimentos como o que agora fizeram.